

Votação começou com anúncio da derrota

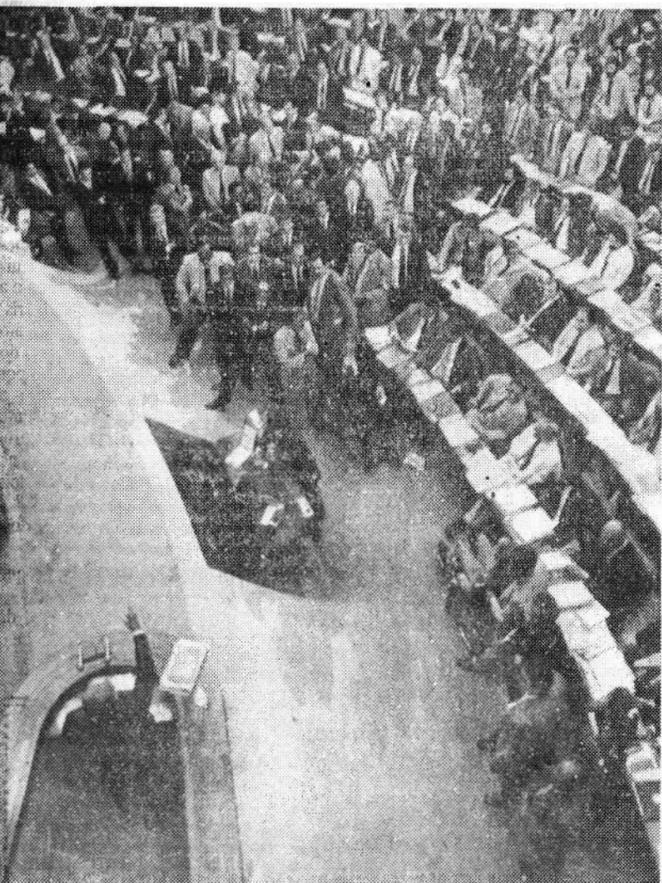
BRASÍLIA — Quando o relógio do plenário da Câmara marcava 15h45min, e o painel eletrônico registrava a presença de 513 constituintes, os parlamentaristas deram a batalha como perdida, embora a emenda presidencialista do senador Humberto Lucena ainda não tivesse entrado em votação.

"Com este quórum, já perdemos", comentava desconchado o deputado Jorge Hage (PMDB-BA) no café do plenário. "Tanto esforço para morrer na praia", completava o deputado José Jorge (PFL-PE). Eles confirmavam a análise feita uma hora antes pelos parlamentaristas Bernardo Cabral (PMDB-AM) e José Fogaça. Ambos garantiam que se os presidencialistas conseguissem colocar mais de 500 constituintes em plenário, aprovariam a emenda Lucena.

O resultado acabou surpreendendo a todos. Afinal, pela primeira vez os 559 constituintes compareceram para uma votação — o número registrado no painel eletrônico recebeu aplausos gerais. Além disso, nem mesmo as previsões mais otimistas cravavam a diferença de 132 votos. Foram 344 pró-presidencialismo, contra 212 pró-parlamentarismo, e três abstenções. As contas do líder do governo, deputado Carlos Sant'Ana, variavam entre 293 e 313 votos a favor do presidencialismo, enquanto o analista Basílio Vilani, do *Centra* apostava em 324 votos contra 235 parlamentaristas.

Movimento — A seriedade da disputa, salientada repetidas vezes pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que insistia na exigência de bom comportamento por parte dos parlamentaristas naquele momento histórico, não condizia com o clima do plenário. Enquanto discursava o deputado Wladimir Palmeira (PT-RJ) em defesa do presidencialismo, o deputado Edvaldo Mota lia o jornal *O Norte* de seu estado, a Paraíba. O deputado Fernando Lyra, de costas para o plenário e de frente para a deputada Rita Camata, com quem conversava serenamente, ignorava o discurso do senador Nelson Carneiro, a favor do parlamentarismo.

O clima era semelhante ao de uma sala de aula cheia de alunos irrequietos. Por duas horas e dez minutos, quatro professores de cada disciplina — parlamentarismo e presidencialismo — expuseram seus pontos de vista, todos ultrapassando o tempo reservado a cada um. E a julgar pelo comportamento dos alunos, os professores decepcionaram. Humberto Lucena, que subira à tribuna desenhando, enviando beijinhos à deputada Márcia Kubitschek (PMDB-DF), logo abaixo, não conseguiu mobilizar a atenção do plenário. De costas para o orador, o senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) conversava com seu companheiro de partido Marco Maciel (PE), enquanto Rita Camata dividia uma cartela de chicletes com Saulo Queiroz (PFL-MS), Alcení Guerra (PFL-PR) e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ).



O plenário ouve Lucena defender o presidencialismo

História — Ao final do discurso do presidente do Congresso, o deputado Albérico Cordeiro (PFL-AL), entre um pedaço e outro de chocolate, foi implacável: "Ele só falou em obra e automóvel. Esse discurso está mais para empreiteiro e Autolatina do que para Constituinte". Nelson Carneiro, que falou em seguida em defesa do parlamentarismo, também não empolgou. "Ele conseguiu ser pior que o Lucena", comentou o deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN). Nelson chegou a irritar um parlamentarista quando mencionou o PDT e o PT, e disse que esses partidos teriam de responder perante a História pelo erro de votar na emenda Lucena.

"Ele está tomando o discurso do Fogaça", reagiu Israel Pinheiro Filho, referindo-se a um discurso considerado imbatível que os parlamentaristas haviam acertado horas antes com o senador gaúcho. Mas a decepção maior veio mesmo com José Fogaça. Ele fugiu ao combinado e criticou o presidencialismo, afirmando que o regime estaria a serviço do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. "Este discurso está fraco", comentava o deputado Cid Carvalho. "Agora complicou tudo", lamentava Israel. "Citar nome em discurso é burrice".

Risos — O esperado discurso do senador Afonso Arinos, que ficou para o final e duraria 13 minutos exatos, começou despertando o interesse geral, mas a boa receptividade durou pouco. As galerias começaram a pedir que a votação tivesse início, enquanto diversos constituintes queriam que o discurso terminasse. Ulysses pediu a atenção da Casa e não obteve sucesso na tentativa de abreviar a fala do senador fluminense: "Sr. presidente, o seu relógio está adiantado", reagiu Arinos despertando risos generalizados.

Foi emocional, mas não convincente. "Nunca vi tanto discurso ruim", desabafou após o resultado o senador Marcondes Gadelha (PMDB-PB). A seu ver, os parlamentaristas se prejudicaram ao encaminharem a votação porque, como entraram em desvantagem, tinham que ter produzido discursos mais convincentes. "Todos os oradores saíram fora da linha de defesa e ataque aos dois sistemas de governo", admitiu o presidencialista Edme Tavares (PMDB-PB). Atento mesmo, todo o tempo, esteve o governador da Paraíba, Tarcísio Burty, que acompanhou a votação de pé, no corredor central do plenário.

"Vim assistir à votação porque já estava programado para isso. Não precisei trabalhar a bancada, porque as posições já eram conhecidas e francamente favoráveis ao presidencialismo", explicou o governador. Se o resultado lhe pareceu natural, outro paraibano não escondeu seu espanto: "Nunca imaginei levar uma surra tão grande como esta", confessava Gadelha proclamado o resultado.



Ulysses, ladeado por Cabral e o assessor Paulo Afonso (D), dá atenção a Lucena, observado por Genoíno

Ulysses soube antes que o presidencialismo venceria

Empresários fizeram pressão contra a mudança do regime

"Ulysses jamais". A declaração do presidente Sarney, a um amigo, no almoço de segunda-feira, encerrava ao mesmo tempo um desejo e a certeza da vitória. "O quadro reverteu. É presidencialismo". Ao desligar o telefone, no início da madrugada, após a última rodada de conversas, a frase de Ulysses Guimarães soou como uma antecipação da derrota.

Ulysses, presidencialista convicto, aceitara conduzir as negociações pelo parlamentarismo com cinco anos, em nome de um acordo com o governo. Afinal, há 12 dias, depois de encontrar-se em Brasília com os três ministros militares, o empresário Antônio Ermírio de Moraes, antes de ir ao encontro de Jânio Quadros, em São Paulo, dissera a Ulysses que o governo aceitava o acordo e que ele era seu candidato a primeiro-ministro.

Complicações — O mesmo lhe disse, falando em nome da Confederação Nacional da Indústria, o senador Albano Franco, que também o via "como o candidato ideal". Na madrugada de ontem, à meia noite, Albano dizia, no restaurante Florentino: "Sou parlamentarista, mas tá complicado". A uma da manhã apostou uma garrafa de uísque, já no presidencialismo, e confidenciou: "Dezesseis federações enviaram telegramas, todas me pressionando pelo presidencialismo".

"Tive que me submeter à vontade da bancada. Invertamos e vamos de cinco contra um para o presidencialismo", informou o senador Albano após reunião da bancada em seu gabinete. O senador por Sergipe foi submetido à pressões políticas e empresariais, mas na verdade os momentos que antecederam a votação do sistema de governo transformaram Brasília num território onde valeu tudo.

O governador de Minas, Newton Cardoso, tentando ganhar os votos dos deputados Roberto Vital, Ronaldo Carvalho e José da Conceição, chegou ao argumento extremo: "Defenda seu voto. Os militares não aceitarão uma decisão contrária ao presidente". Apavorado, um dos parlamentaristas que recebeu o recado desembarcou no Congresso espalhando o que ouvia.

"Fique conosco" — Saldanha Derzi (PMDB-MT), líder do governo no Senado, aproximou-se do deputado Pedro Ceolin (PFL-ES) e assegurou: "Eu garanto, com meu fio de barba, que seu negócio foi garantido. Fique conosco". Em nome dos cinco anos e do presidencialismo, o governador do Paraná, Álvaro Dias, chegou à capital e por essa tese trabalhou com dois preciosos auxiliares; o ministro da Saúde, Borges da Silveira, e o vice-presidente de operações da Caixa Econômica Federal, Joaquim dos Santos Filho.

O governador do Amazonas, que na véspera recebera a comunicação de que verbas para seu estado seriam retidas se não houvesse o apoio ao governo, almoçou com sua bancada no restaurante do Senado. O senador Carlos Alberto de Carli (PMDB) e o deputado José Dutra (PMDB) tidos como parlamentaristas ficaram com o presidencialismo. "A emenda parlamentarista tem coisas que não gosto", desculpou-se o deputado Dutra.

Tais informações iam chegando à noite à casa de Ulysses. Ali, ele, o governador da Bahia, Waldir Pires, o ministro da Previdência, Renato Archer, e os deputados Ibsen Pinheiro (RS) e Cid Carvalho (MA) avaliaram o tamanho da derrota que se avizinhava. No Congresso, o senador Fernando Henrique buscava pelo telefone o governador Tasso Jereissati, e os votos do Ceará.

Com espanto, descobria-se que alguns dos maiores interessados no assunto dele não tinham o menor conhecimento: "Mas então este é um presidencialismo que tomou talidomida?" — reagiu o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, quando, às 19h30min, no gabinete do senador José Richa, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) lhe informou das imperfeições da emenda Humberto Lucena.

As 20h10min da segunda-feira o deputado José Lourenço (BA) perguntava a Henrique Hargryes, assessor do Palácio do Planalto: "É verdade que a emenda do Lucena prevê um primeiro-ministro?". O líder do PMDB, Mário Covas (SP) após o *coopertin* em companhia da filha, recebeu uma telefonema do senador Richa. Ambos concordaram sobre a inevitável derrota, mesma conclusão a que chegariam, durante o almoço, na casa de Richa e com a presença do senador Fernando Henrique Cardoso e o governador Waldir Pires.

Este, para não deixar dúvidas sobre sua posição, avisou: "No Congresso estarei no gabinete onde funcionava a Presidência do MDB. Estou falando MDB e isto é uma simbologia, é um rumo e um caminho a seguir". Pouco antes, saindo da residência de Ulysses, dissera: "Chega o momento dos partidos definitivos. Se mais adiante der quatro anos, o PMDB terá que se repensar e definir em função das eleições. Se der cinco, será obrigado a escolher um rumo em função de seu comportamento na votação".

Encerrada a votação, configurado o racha no PMDB e a derrota a que Ulysses foi conduzido, um ministro, velho amigo do Presidente do PMDB e da Constituinte, recordou o que dele ouvira no final da manhã. Lembrou-lhe Ulysses que, colocando em jogo sua própria biografia, tentara o entendimento. Não o obteve e colheu uma derrota que soará como pessoal. No final da manhã, a seu velho amigo, Ulysses, a 50 dias da votação do mandato do Presidente José Sarney, apontou: "Ainda há um caminho".

Sarney avisou que mandato de 4 anos o faria renunciar

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, revelou ao amanhecer o dia "D" da votação do sistema de governo um segredo até então guardado entre os quatro presidentes de partidos que se reuniram com o ministro da Justiça, Paulo Brossard, na sexta-feira: o ministro se dissera autorizado pelo presidente José Sarney a revelar que, se desse quatro anos de mandato, com presidencialismo ou parlamentarismo, ele renunciaria à Presidência da República. Quanto ao sistema de governo, o ministro apenas reafirmara a preferência de Sarney pelo presidencialismo, ressalvando que ele acataria o resultado, "fosse ele qual fosse".

Na segunda-feira de manhã, Sarney ligou para o presidente da Constituinte, desculpando-se pelas declarações, na véspera, do líder do PFL na Câmara, José Lourenço, depois de uma reunião no Alvorada, segundo as quais "Ulysses estava defendendo o parlamentarismo porque era a única forma de assumir o governo". O presidente disse que ninguém presente à reunião fizera tal acusação, e ainda mandou o líder do governo, Carlos Sant'Anna, à casa de Ulysses, para reiterar o desmentido e o pedido de desculpas.

Ao telefone, Ulysses e Sarney sequer tocaram na possibilidade de um acordo de última hora para a votação do sistema de governo. Na verdade, ao longo do debate presidencialismo-parlamentarismo, a possibilidade de acordo ocorreu só uma vez. Foi durante a apresentação de emendas ao projeto da Comissão de Sistematização, em dezembro, quando o principal jurista da assessoria de Ulysses, Miguel Reale Júnior, redigiu uma emenda do "presidencialismo parlamentarizado", criando a figura do primeiro-ministro coordenador.

Reparos — A emenda foi encampada pelo ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães, que a entregou a Sarney. O presidente gostou, pediu sugestões ao consultor-geral da República, Saulo Ramos, e a emenda, retocada pelo Planalto, foi devolvida a Miguel Reale Júnior pelo deputado Cid Carvalho, que tem trânsito tanto na Presidência da República quanto junto a Ulysses. Daí, recebeu a assinatura do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), amigo particular de Ulysses, e entrou na fila de emendas.

Mesmo assim, Ulysses, que é presidencialista, não chegou a selar propriamente um acordo. "Apenas deixou as coisas andarem", como disse um parlamentar de sua confiança, contando que num almoço na residência oficial da

Presidência da Câmara, em janeiro, Ulysses fez uma série de reparos à "forma híbrida, imprecisa", sem desautorizar a movimentação de Raphael e Miguel Reale Júnior — que estavam presentes — na divulgação da idéia.

Consultas — Já em março, o presidente do Senado, Humberto Lucena, consultou Sarney, Ulysses, Marco Maciel e Leonel Brizola quanto à viabilidade de fundir todas as emendas presidencialistas numa só e, assim, atrair votos indecisos. O espírito básico da proposta era fundir o primeiro-ministro-coordenador, da emenda Manoel Moreira, com o voto de censura individual (a um ministro de cada vez), da emenda do próprio Lucena. Com o aval dos quatro, a redação final do texto ficou a cargo do presidente do PFL, Marco Maciel. "Eu concordo com a fusão", diria Brizola ao JORNAL DO BRASIL, no dia seguinte à sua conversa com Lucena.

Se Sarney e Ulysses jamais chegaram a conversar sobre a fusão do "presidencialismo parlamentarizado", também jamais tentaram um acordo em cima do "parlamentarismo já, com cinco anos" — fórmula que surgiu, no fim de fevereiro, em setores do PMDB, e levou o governador de Goiás, Henrique Santillo, por exemplo, a visitar todos os demais governadores, num trabalho de convencimento que não se transformou no esperado *acordão*.

"Se Ulysses quisesse se juntar a mim no presidencialismo parlamentarizado, a proposta seria imbatível", disse Sarney, pelo menos duas vezes, a um parlamentar fiel ao presidente da Constituinte. Mas não teve resposta.

Tendência — "O presidente se queixa de que não fez nenhuma proposta de acordo a ele, e é verdade. Não tenho um movimento expressivo no partido a favor de qualquer proposta, que me leve a encampá-lo", reagiu Ulysses, em reunião com uma dezena de parlamentares do PMDB, quarta-feira passada, em sua casa.

Nessa mesma reunião, contudo, logo depois haveria consenso em torno do parlamentarismo já, com cinco anos, com apoio inclusive de um dos símbolos do governo no Congresso, o deputado Expedito Machado (CE), líder do *Centro Democrática*. "Então, já temos alguma coisa. Patrocinar o acordo eu não vou, mas não posso desconhecer a tendência nesse sentido", respondeu Ulysses, condicionando sua posição a uma conversa que marcou com o líder Mário Covas, ali mesmo, para o dia seguinte. Nessa conversa, diante da intransigência de Covas — irreversivelmente pelos quatro anos — ruíram todas as possibilidades de acordo. A partir daí, Sarney não parou de repetir: "Presidencialismo com cinco anos, sem acordo". E levou sua posição ao plenário.